



ANDRÉIA DE LARA FREIRES
ROSIANE PEREIRA DE ALMEIDA

**PROPOSTA DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS DA COOPERATIVA DE
CRÉDITO NOROESTE BRASILEIRO – SISTEMA CREDISIS ATRAVÉS DO
BALANÇO SOCIAL NO PERÍODO DE 2016/2017**

Ji-Paraná

2019

ANDRÉIA DE LARA FREIRES

ROSIANE PEREIRA DE ALMEIDA

**PROPOSTA DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS DA COOPERATIVA DE
CRÉDITO NOROESTE BRASILEIRO – SISTEMA CREDISIS ATRAVÉS DO
BALANÇO SOCIAL NO PERÍODO DE 2016/2017**

Artigo apresentado no Curso de graduação para Bacharel em Ciências Contábeis, no Centro Universitário São Lucas 2019, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel.

Orientador: Prof. Tanã Rossi Lopes Bassegio

Ji-Paraná

2019

F866p

Freires, Andréia de Lara

Proposta de divulgação das ações sociais da Cooperativa de Crédito Noroeste Brasileiro – Sistema Credisis através do balanço social no período de 2016/2017 / Andréia de Lara Freires, Rosiane Pereira de Almeida. Ji-Paraná: Centro Universitário São Lucas, 2019. 33 p. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Centro Universitário São Lucas, Curso de Ciências Contábeis, Ji-Paraná, 2019.

Orientador: Prof. Tanã Rossi L. Bassegio

1. Balanço social. 2. Cooperativa de crédito. 3. Responsabilidade social. I. Almeida, Rosiane Pereira de. II. Bassegio, Tanã Rossi L. III. Proposta de divulgação das ações sociais da Cooperativa de Crédito Noroeste Brasileiro – Sistema Credisis através do balanço social no período de 2016/2017. IV. Centro Universitário São Lucas.

CDU 657:330.53

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário José Fernando S Magalhães
CRB 11/1091

ANDRÉIA DE LARA FREIRES

ROSIANE PEREIRA DE ALMEIDA

**PROPOSTA DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS DA COOPERATIVA DE
CRÉDITO NOROESTE BRASILEIRO – SISTEMA CREDISIS ATRAVÉS DO
BALANÇO SOCIAL NO PERÍODO DE 2016/2017**

Artigo apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas, como requisito de aprovação para obtenção do Título em Bacharel de Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Tanã Rossi L. Bassegio

Ji-Paraná, 05 de Dezembro de 2019.

Resultado:

BANCA EXAMINADORA

Resultado: _____

Tanã Rossi Lopes Bassegio
Centro Universitário São Lucas – Ji-Paraná

Marlene Muniz Oliveira Pilenghy
Centro Universitário São Lucas– Ji-Paraná

Elias Caetano da Silva
Centro Universitário São Lucas– Ji-Paraná

PROPOSTA DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO NOROESTE BRASILEIRO – SISTEMA CREDISIS ATRAVÉS DO BALANÇO SOCIAL NO PERÍODO DE 2016/2017¹

Andréia de Lara Freires²
Rosiane Pereira de Almeida³

RESUMO: O Balanço Social é uma ferramenta de gestão socioeconômica que facilita às empresas medir-se e prestar contas aos associados e demais interessados. É uma ferramenta direcionada aos stakeholders internos e externos, pois a função do Balanço Social, não é somente demonstrar a situação econômica, visa também demonstrar sua participação em ações sociais e ambientais. Nesse contexto, através de pesquisa bibliográfica de caráter quantitativo e qualitativo com propósito explicativo, sendo a finalidade de pesquisa aplicada é abordado neste artigo temas relativos a história da contabilidade, a sua função e responsabilidade social, como também os aspectos relativos ao cooperativismo no Brasil e as cooperativas singulares que fazem parte do sistema Credisis, como também a apresentação das informações de natureza social, de acordo com as normas contábeis editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e os modelos mais utilizados do Balanço Social, como o GRI e do IBASE. A cooperativa em estudo é o Sistema de Crédito Cooperativo – CrediSIS, a qual já está relacionada com a comunidade, pois possuem um grande projeto social ‘Sonho Meu’, tendo como principal objetivo promover o desenvolvimento social de crianças e adolescentes, porém falta a divulgação dos benefícios que trazem para as famílias do município.

Palavras-chave: Balanço Social. Cooperativa de Crédito. Responsabilidade Social.

DISCLOSURE PROPOSAL OF SOCIAL ACTIONS FROM THE BRAZILIAN NORTHWEST CREDIT COOPERATIVE - CREDISIS SYSTEM THROUGH THE SOCIAL BALANCE DURING THE 2016/2017 PERIOD

ABSTRACT: The Social Balance is a socioeconomic management instrument which facilitates the companies to measure themselves and to report accounts towards the associates and other interested parties. It is an instrument directed to the internal and external stakeholders, since the Social Balance's function is not only to demonstrate the economical situation, but also intends to exhibit the companies' involvement in environmental and social actions. In this context, through qualitative and quantitative researches with explanatory purpose, there are approached issues related to accounting's history, its function and social responsibility, as well as cooperativism aspects in Brazil, as to individual cooperative societies integral part of CrediSIS' system and the presentation of information composed by social nature in accordance to accounting regulations, edited by the Federal Accounting Council - CFC, besides the most used Social Balance's models, for instance, the GRI and IBASE. The cooperative in the present study is the Sistem de Credit Cooperative - CrediSIS, which is already involved with the community due to its social project “My Dream”, designed to promote the social development of children and teenagers, but remains the lack of disclosure of the benefits brought to the local families.

Keywords: Social Balance. Credit Cooperative. Social Responsibility.

¹ Artigo apresentado no curso de graduação em Bacharel de Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas como Pré-requisito para conclusão do curso, sob orientação do professor Tanã Rossi Lopes Bassegio Email tana.bassegio@saolucas.edu.br.

² Andréia de Lara Freires, graduanda em Bacharel de Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas, 2019. Email: andrea.lara@hotmail.com.

³ Rosiane Pereira de Almeida, graduanda em Bacharel de Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas, 2019. Email: rosi-mdc@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O mercado tornou-se cada vez mais competitivo, e para acompanhar essa concorrência, as empresas precisam adotar estratégias de gestão para continuar em ritmo de crescimento. O Balanço Social é uma ferramenta que está sendo utilizada para divulgar a empresa junto sociedade, pois é através dele que se torna possível demonstrar a sua responsabilidade social, evidenciando que a entidade não visiona apenas lucros.

A Responsabilidade Social é um assunto bastante discutido, pois as empresas têm sido cobradas da divulgação das ações socioambientais, e isso está sendo usado como uma estratégia para alcançar resultados positivos. O consumidor está mais atento quanto aos produtos consumidos, e passou a dar preferências ao consumo de produtos/serviços de empresas que retribuam em benefícios sociais e ambientais, como por exemplo reflorestamento, reciclagem, ação social aos finais de ano, entre outros.

O Balanço Social é uma ferramenta de gestão socioeconômica que facilita às empresas medir-se e prestar contas aos associados e demais interessados, sobre a aplicação dos valores e princípios cooperativos. Se elaborado e publicado, é um relatório que representa diferencial da cooperativa frente as demais entidades, e por não ser obrigatório, poucos realizam a publicação.

É uma maneira de comunicar-se com seus *stakeholders* internos e externos, pois a função do Balanço Social, não é somente demonstrar a situação econômica, visa também demonstrar sua participação em ações sociais e ambientais.

A área de conhecimento da pesquisa será a de Ciências Sociais Aplicada, com a metodologia de pesquisa bibliográfica, de caráter quantitativo e qualitativo com propósito explicativo, quanto a finalidade será pesquisa aplicada, onde buscou-se mostrar o cenário da cooperativa em estudo, evidenciando pontos positivos, e também descrever o comprometimento da cooperativa com as causas sociais.

Há mais de 6.800 cooperativas no Brasil, distribuídas em diferentes atividades, sendo cooperativas agropecuária, crédito, saúde, habitacional, trabalho, minério, produção, turismo, lazer e infraestrutura. O cooperativismo cresce em ritmo acelerado, e um exemplo disto é a cooperativa em estudo “Cooperativas de Crédito Noroeste Brasileiro – Sistema CREDISIS”, a qual iniciou suas atividades em 13 de agosto de

2000, e hoje tem maior atuação na região norte, sendo predominante no estado de Rondônia, e possui atualmente 11 Cooperativas filiadas ao seu sistema.

Por ser um relatório não obrigatório, as empresas não dão importância para tal, por isso, o presente trabalho visa elaborar o Balanço Social dos períodos 2016/2017, através da coleta de dados a ser realizada na cooperativa. O Sistema cooperativo não publicou nenhum Balanço Social durante os anos de atividades, sendo este o motivo da pesquisa, já que a cooperativa realiza ações sociais, e não o utiliza para divulgá-las. Diante do exposto, qual a contribuição do Balanço Social modelo IBASE para divulgação das ações sociais da cooperativa em estudo?

1.1 Contabilidade

A contabilidade existe desde o princípio da civilização humana. O homem notou que era preciso administrar e preservar seus bens e com isso obter lucros. Com essa necessidade surgiu a contabilidade. De acordo com Kroetz (2000) os egípcios foram fundamentais para esse primeiro passo da evolução da contabilidade, pois foram os primeiros povos a realizar um registro monetário. 6000 anos a. C já havia fiscalização. Era realizada pelo Fisco Real, e no inventário egípcio tinham, bens moveis e imóveis, e já havia, de modo primitivo, controles financeiros e administrativos. Os gregos evoluíram a forma de como os egípcios realizavam a contabilização, e em 2000 a.C já realizavam a apuração dos saldos e a confrontação das contas de Custos e Receitas; estendendo a escrituração contábil para a administração pública e bancária.

Schmitd (2000) afirma que no Brasil a contabilidade foi fortemente influenciada pela escola italiana, e evoluiu ao longo do tempo, através da legislação fiscal, pois, devido a inoperância das associações dos contadores o governo teve que tomar a iniciativa.

Conforme Schmitd, (2000) pode citar como exemplo da intervenção da legislação o Código Comercial de 1850, que instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e a elaboração anual da demonstração do balanço geral composto de bens, direitos e obrigações.

De acordo com relator de Ludícius (2000), em 1902 surgiu em São Paulo a Escola Prática do Comércio que criou o primeiro curso que oficializasse a profissão contábil com objetivo de estudar e controlar a contabilidade das empresas comerciais.

Neste mesmo período surgiu a primeira escola especializada no ensino da contabilidade, a Escola de Comércio Álvares Penteado.

O guarda-livros fazia tudo: a Contabilidade da firma, a sua escrituração, a sua correspondência, os seus contratos e distratos, preenchia os cheques, fazia pagamentos e recebimentos. Era o tempo em que se predominavam os contabilistas práticos. Os guarda-livros prestaram muitos serviços dentro de suas limitadas possibilidades.

Em meados de 1964, surgiu um meio mais avançado de controle, o Kardex. O Kardex era uma ficha para anotar cada item da mercadoria existente e disponível nos estoques, podendo assim conferir e controlar os saldos finais.

De forma muito lenta a contabilidade foi sendo adaptada aos sistemas mecanizados, iniciando pela ficha tríplice, as máquinas de datilografia, as calculadoras que faziam apenas as quatro operações, cópias com carbono e gelatina, que exigiam um cuidado na operação destes trabalhos.

Chegando ao aprimoramento da tecnologia, os computadores após um tempo passaram a ter microchip de 8 bits, utilizados como computador pessoal, mas não tinha disco rígido para armazenar dados, pois eram utilizados os disquetes. A contabilidade ficou cada vez mais simples e rápida; e o processamento eletrônico de dados foi fundamental, pois além do tempo economizou espaço.

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e a Nota Fiscal Eletrônica foram lançado pelo governo federal em 2008 vieram para revolucionar a nova era digital da contabilidade e promover uma maior transparência entre o contribuinte e autoridades fiscais.

A nota fiscal eletrônica implantou o modelo nacional de documento fiscal eletrônico, e o SPED modernizou o sistema, das obrigações das empresas com o Governo. Em 2009 a Receita Federal incluiu a Escrituração Fiscal Digital – EFD e a Escrituração Contábil Digital – ECD, que substituíram, as declarações de irpj e os diários em papel. (WWW.SPED.RFB.GOV.BR - ACESSO 11 DE NOVEMBRO DE 2018).

O surgimento do SPED provocou impactos positivos na contabilidade, pois trouxe facilidades no armazenamento de dados pela empresa, e que irá, em breve substituir diversas declarações fiscais expedidas mensalmente pelas empresas.

Para os empresários o SPED Contábil traz uma modernidade que possibilita dedicação essencial ao seu negócio, sem perda de tempo com burocracia e com a utilização de arquivamentos em papel.

Além disso, a evolução das necessidades sociais e as novas exigências da sociedade criaram para a contabilidade a missão de também divulgar informações sobre as ações sociais e ambientais das empresas como, por exemplo, através do Balanço Social, a contribuição da empresa no campo social, na preservação ambiental, alguns dados da distribuição de riqueza da empresa, geralmente em percentuais, que são extraídos da demonstração do valor adicionado – DVA; sendo tratados no tópico 2.2.

1.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social acontece quando as empresas decidem, voluntariamente, contribuir para uma sociedade mais justa, igualitária, para um meio ambiente mais limpo, e menos degradado.

Com as transformações socioeconômicas dos últimos anos, as empresas estão mudando profundamente o comportamento, que consistia exclusivamente na maximização do lucro e estão promovendo estratégias de responsabilidade social, para cumprir as novas exigências do mercado.

Segundo Almeida *Apud* Melo Neto e Froes (1999, p. 88) a responsabilidade social corporativa é “o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local (...)”.

Acredita-se que a responsabilidade social corporativa é a expansão e a evolução do conceito de empresa para além do seu ambiente interno, pois uma empresa socialmente responsável tem uma visão de que tudo que ela faz vai gerar uma variedade de impactos diretos e indiretos dentro e fora dela, atingindo desde os consumidores e empregados até a comunidade e o meio ambiente.

Barcellar (2000, p. 7 *apud* JABOR, 2004, p. 401) fazem um breve comentário sobre a importância da responsabilidade social:

É uma exigência cada vez mais presente a adoção de padrões de conduta

ética que valorizem o ser humano, a sociedade e o meio ambiente. Relações de qualidade constroem-se a partir de valores e condutas capazes de satisfazer necessidades e interesses dos parceiros, gerando valor para todos. Empresas, socialmente responsáveis estão mais bem preparadas para assegurar a sustentabilidade em longo prazo dos negócios (...) O necessário envolvimento de toda a organização na prática da responsabilidade social gera sinergias, precisamente com públicos dos quais ela tanto depende, que fortalecem seu empenho global (...) A competição acirrada torna vital a fidelização dos consumidores que têm cada vez mais acesso a informação e a educação. A adoção de uma exigência que ultrapassa exigências legais agrega valor à imagem da empresa, aumentando o vínculo que os consumidores estabelecem com ela.

Mazzioni *et al* (2010) diz que para ajudar a divulgar essa Responsabilidade Social surgiu o Balanço Social, o qual é um conjunto de informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas aos seus empregados e à comunidade onde está inserida. Através dele a empresa mostra o que faz pelos seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta.

No balanço social a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e a comunidade, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos. Ou seja, sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

O balanço social é uma ferramenta que, quando construída por múltiplos profissionais, tem a capacidade de explicitar e medir a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta.

Em 1998, representantes de diversos países reuniram-se na Holanda e chegaram a um novo conceito de Responsabilidade Social das empresas: a Responsabilidade Social Corporativa que exige que a empresa adote um comportamento ético e contribua para o desenvolvimento econômico e para a qualidade de vida de seus colaboradores e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo (MELO NETO; FROES, 1999).

A responsabilidade social implica em afirmar que uma empresa não tem apenas o objetivo de fazer lucro e trazer benefícios financeiros às pessoas que trabalham na empresa; ela também deve contribuir socialmente para o meio em que está inserida. Desta forma, a responsabilidade social muitas vezes envolve medidas que trazem novas culturas e boas condições para a sociedade.

Os meios de comunicação social e as modernas tecnologias da informação e da comunicação têm sujeitado a atividade empresarial e econômica a uma maior transparência. Ser socialmente responsável significa que as pessoas e as organizações devem se comportar eticamente e com sensibilidade em relação as questões sociais, culturais e ambientais.

A responsabilidade social individual é a raiz para a responsabilidade social em uma organização, pois a mesma é formada por indivíduos; desta forma para realmente acontecer tem que ter primeiramente a responsabilidade individual.

As entidades e a contabilidade, a nível mundial, nos últimos anos parecem almejar por um desenvolvimento mais sustentável; ou seja, gerar lucratividade sem comprometer as futuras gerações; pensando estrategicamente nas ações operacionais no longo prazo, sem interferência negativa no meio ambiente e na sociedade. Esse é o desafio, e isso não deve implicar em menos anos de vida para as empresas poluidoras, em relação as que não são, desde que façam a lição de casa pois, os consumidores estão cada vez mais preocupados com a sustentabilidade do planeta.

A Responsabilidade Social deve focar em dois conceitos: o da transparência, pois tanto o discurso da organização quanto a prática devem caminhar lado a lado; e o dos valores éticos, que nortearão a empresa na construção de uma sociedade mais igualitária, principalmente em se tratando do cooperativismo.

1.3 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

O cooperativismo cresce em ritmo acelerado no Brasil, pois é oferecido comodidade e praticidade ao cliente. Muitas pessoas e empresas optam por cooperativas por conta de o atendimento ser mais rápido que em bancos privados.

A primeira norma a disciplinar o funcionamento das sociedades cooperativas, foi o Decreto do Poder Legislativo nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907.

As cooperativas poderiam ser organizadas sob a forma de sociedades anônimas, sociedades em nome coletivo ou em comandita, sendo regidas pelas leis específicas (art. 10). Como comando específico para cooperativas de crédito, dispunha o artigo 23: “O cooperativismo começou com os primórdios pela necessidade dos agricultores, artesãos e operários pela luta para a sobrevivência por causa da crise econômica. As primeiras cooperativas a serem criadas foram as de

consumo e agrícolas, depois as de créditos.” (WWW2.CAMARA.LEG.BR. ACESSO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2018)

No início toda movimentação financeira era feita através de depósitos na poupança, que recebiam uma pequena remuneração. E admitia-se que qualquer pessoa pudesse abrir sua conta numa cooperativa de crédito e nela depositasse suas economias. E com as sobras eventualmente apuradas, criava-se reservas para enfrentar, com mais segurança, momentos de incerteza no mercado financeiro.

Esse segmento do cooperativismo conseguiu um grande desenvolvimento no Rio Grande do Sul, desde sua implantação, chegando, inclusive, a dispor de uma cooperativa central com mais de cinquenta cooperativas singulares a ela filiadas.

As cooperativas de crédito ainda têm pela frente, um grande desafio pois tem um mercado potencial muito grande para o seu crescimento.

As cooperativas de crédito agrícola que se organizarem em pequenas circunscrições rurais, com ou sem capital social, sob a responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos associados, para o fim de emprestar dinheiro aos sócios e receber em depósito suas economias, gozarão de isenção de selo para as operações e transações de valor não excedente a 1.000 \$ (um conto de réis) e para os seus depósitos.

No início da década de 20 do século passado, foi constituída, na cidade do Rio de Janeiro, a Federação dos Bancos Populares e Caixas Rurais do Brasil, primeira federação de cooperativas de crédito do Brasil. Essa federação organizou pelo menos nove congressos de cooperativismo de crédito na cidade do Rio de Janeiro, entre 1923 e 1932.

Em 8 de setembro de 1925, foi constituída em Porto Alegre (RS), pela reunião de dezoito cooperativas, a Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, a primeira cooperativa central unicamente de crédito do Brasil.

1.3.1 Cooperativas de Crédito Noroeste Brasileiro – Sistema CREDISIS

O Sistema de Crédito Cooperativo – CrediSIS, foi constituído em 13 de agosto de 2000, através das cooperativas singulares filiadas a CentralCredi, com intuito de promover a representação institucional, através do fomento da marca CrediSIS.

Ao longo desses anos, suas filiais têm apoiado o desenvolvimento de suas comunidades locais e regionais, permitindo que um número maior de pessoas e empresas tenham as vantagens e os benefícios de ser um cooperado CrediSIS com reflexo positivo na qualidade de vida nos municípios onde atua. O cooperativismo de crédito do Sistema Credisis tem um forte compromisso com o desenvolvimento do Estado de Rondônia e da região.

No Estado de RO, chegaram na década de 1970 e, principalmente, em meados da década de 1980. Hoje, são empreendedores de sucesso, e comandam os destinos das cooperativas de crédito rural integrantes do Sistema Credisis. Sobretudo, um traço em especial os une: todos acreditam na força do cooperativismo. O Sistema CrediSIS, presente hoje nos estados de Rondônia, Acre e Pará, apesar da enorme crise presente no ambiente político e econômico do País, continua crescendo e consolidando-se como um sistema sólido.

A constituição da Ji-Cred em Ji-Paraná, a primeira cooperativa filiada à CentralCredi, representou o início do processo de disseminação do cooperativismo de crédito em Rondônia. Exatamente como aconteceu em Rochdale, há 250 anos, a CentralCredi teve um início cercado de muitos desafios, mas nesses pouco mais de dez anos de atividades conseguiu superar todas as expectativas. A cada novo período anual, com a solidez e credibilidade de suas singulares, a CentralCredi comprovava seu crescimento tanto dentro do Estado de Rondônia como fora dele.

1.4 BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social é um relatório que a contabilidade dispõe, para que através dele sejam demonstradas as ações da empresa voltada a sociedade. As informações contidas neste relatório são de aspectos quantitativos, evidenciando quais foram os gastos do período, interno e externo, como transporte, alimentação, cultura, educação, saúde, número de colaboradores, entre outros.

Conforme Tinoco (2010, p. 4) o Balanço Social também é qualitativo, onde mostra os “aspectos sociais, ambientais e de relações com pessoal” entendendo-se como os projetos desenvolvidos em prol da sociedade em geral e do meio ambiente.

De acordo com Tinoco (2001) o Balanço Social é um instrumento de gestão utilizado para evidenciar as informações de cunho econômico, social e ambiental,

demonstrando transparência em suas atividades, e para que seja notada a contribuição com a sociedade em que a empresa está inserida.

Na realidade, o Balanço Social representa a demonstração dos gastos e das influências das entidades na promoção humana, social e ecológica, dirigidos aos gestores, aos empregados, e à comunidade com que interage (KROETZ, 2000).

Através desse relatório publicado que o público da empresa tem acesso as informações da empresa, como não é obrigatório, poucas empresas elaboram e realizam a publicação, desta maneira os *stakeholders* não sabem os benefícios proporcionados a sociedade, e se realmente a empresa colabora com a responsabilidade social.

Martins *et al* (2013) afirma que o Balanço Social visa demonstrar sua responsabilidade perante a sociedade, prestando conta pelo uso dos recursos naturais, mão de obra, e demais benefícios proporcionados pela comunidade local.

Mazzioni *et al* (2010, p. 45) define que:

O Balanço Social consiste em um demonstrativo para evidenciar à sociedade como as entidades contribuem para o desenvolvimento da realidade social, permitindo avaliar as áreas de recursos, a fim de elaborar novas estratégias para atender determinadas dificuldades existentes em seu entorno.

O Balanço Social permite a interação entre a empresa e a sociedade, é de suma importância sua publicação, pois está acirrada a concorrência no mercado, e sendo divulgado demonstra transparência, fazendo com que os acionistas, fornecedores, consumidores, financiadores e demais participantes deem credibilidade para a empresa.

Na concepção de Santos e Hashimoto (2003, p. 154) o Balanço Social é como “instrumento destinado a refletir os resultados da empresa sob o aspecto socioeconômico, evidenciando também os fatos sociais relevantes da empresa a par dos fatos econômicos que já vinham sendo reportados das demonstrações contábeis tradicionais”.

O Balanço Social é um relatório contábil, o qual deveria ser publicado anualmente, junto com as demais publicações obrigatórias, sendo um demonstrativo do conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais prestadas a sociedade, utilizando-se também como uma ferramenta de propaganda aos consumidores, investidores, credores, e demais usuários.

O Balanço Social é tido como uma premissa da Contabilidade Social, segundo Dantas (2011) é um documento que deve ser publicado anualmente, o qual visa expor os investimentos e ações em prol da sociedade e do meio ambiente. É a maneira de demonstrar aos sócios, colaboradores, fornecedores, investidores e demais interessados, as políticas ambientais e sociais realizadas pela empresa.

1.4.1 História do Balanço Social

No início do século XX houveram manifestações a favor da exposição das ações sociais desenvolvidas pelas empresas, e com o passar do tempo, as cobranças foram intensificando-se, de forma a exigir maior responsabilidade social das empresas para com a sociedade.

De acordo com o portal do IBASE (2008), a mudança começou a partir de 1965, ano em que foi publicado pela Associação de Dirigentes Cristão de Empresas do Brasil (ADCE Brasil) a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, e no fim de 1977 a ADCE organizou o segundo Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas, assim iniciou as primeiras discussões sobre as ações sociais desenvolvidas pelas empresas e elaboração do balanço social.

A responsabilidade social iniciou-se na Europa, e o primeiro balanço social foi desenvolvido pela Singer, empresa francesa do ramo industrial de máquinas de costuras, no ano de 1972.

Conforme menciona Tinoco (2010) em 12 de julho de 1977 foi criada a Lei nº 77.769 que obriga as empresas que possuem acima de 300 funcionários a elaborar e publicar o Balanço Social, a qual ficou conhecida como “*RapportSudreau*”.

De acordo com relatos de Tinoco (2010), em Portugal, ainda em 1977, foi realizado pela SEMAP, filial portuguesa do Grupo Metra Internacional, um estudo sobre Balanço Social com as 100 maiores empresas do país, o estudo foi realizado pelos próximos dois anos consecutivos.

Em 1980, espontaneamente 20 empresas elaboraram o Balanço Social, por influência da França, pioneira no assunto. Após várias tentativas, no ano de 1985, foi aprovada a Lei nº 141/85, apresentada pela Ação Social Democrata Independente (ASDI), solicitando que fosse obrigatório a elaboração e divulgação do Balanço Social, a empresa que tivesse no mínimo 200 funcionários aos seus serviços.

Segundo o IBASE (2008), A primeira publicação no Brasil sobre balanço social ocorreu em 1984, divulgado pela Nitrofétil, empresa do setor de fertilizantes, no estado da Bahia Na década de 1990 a ideia de responsabilidade social disseminou-se, foi quando os gestores das empresas começaram a pensar na hipótese de realizar e publicar o Balanço Social.

Em novembro de 1997 Tinoco (2001) destaca que é lançado o selo, conhecido IBASE/Betinho, para incentivar as entidades na elaboração e divulgação do Balanço Social, sendo que todas as empresas que o publicassem, teriam direito ao selo atrelado ao seu nome.

1.4.2 Objetivo e Vantagens do Balanço Social

O objetivo de tal relatório conforme menciona Tinoco (2010) é que seja um relatório imparcial e comunique as informações cabíveis aos usuários interessados. A partir do instante em que a empresa demonstre transparência, torna-se mais confiável perante seus usuários, fazendo com que ganhe credibilidade, e possivelmente seja indicada a outras pessoas pelas ações socioambientais que prestam a sociedade, pois é um diferencial que possui das demais entidades.

Kroetz (2000, p. 80) define objetivo do Balanço Social como:

a) revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade; b) evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população; c) abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidade e outros; d) apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias; e) formar um banco de dados confiável para análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários; f) ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade; g) contribuir para implementação e manutenção de processos de qualidade; h) medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade dos negócios; i) verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão (fase da gestão participativa); j) servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários; k) melhorar o sistema de controle interno; l) clarificar os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais.

O Balanço Social possui muitas identificações, é conhecido como relatório de sustentabilidade, balanço ambiental ou de recursos humanos, e assim como os demais, é uma ferramenta muito importante, pois demonstra de forma clara e precisa o que a empresa proporciona aos *stakeholders*, isto é, investidores, credores,

colaboradores, acionistas, analistas de mercado e demais envolvidos que estão interligados aos processos desenvolvidos pela empresa.

Para Kroetz (2000, p. 82) o balanço social contribui para a qualidade dos negócios “pois será ele uma demonstração que irá divulgar os investimentos e as influências da entidade para com o ambiente externo, e será, ainda, um importante instrumento gerencial (...)”.

Santos e Hashimoto (2003), aborda as quatro vertentes do Balanço Social, sendo uma síntese, pois trata da essência de tal instrumento. Nas informações de características ambientais, demonstra as ações da empresa para preservação do meio ambiente, evidencia de fato o que a empresa faz para não prejudicar ou diminuir os impactos ambientais causados por seus produtos/serviços, quais as medidas tomadas para reduzir esses impactos, e transformá-los em benefícios. Recursos humanos indica o investimento da empresa em seus colaboradores, a DVA demonstra a divisão de riquezas geradas pela empresa, sendo importante a todos os usuários, pois demonstra a contribuição que a empresa trás para a economia da região, e benefícios e contribuições aponta o auxílio que a instituição presta a comunidade em termos sociais, culturais, educacionais, e demais auxílios.

1.4.3 Os Usuários e a Importância do Balanço Social

Apesar de agregar valor a imagem da empresa, o Balanço Social não pode ser usado especificamente como estratégia de marketing, pois a visão do mercado atual não é somente direcionada a lucros, nos dias atuais a empresa é um conjunto de benefícios, tanto para o dono que visiona lucros, quanto aos *stakeholders* que se favorecem direta ou indiretamente dos processos desenvolvidos pela instituição.

Esse demonstrativo veio justamente para somar à contabilidade, apesar do seu enfoque ser direcionado aos usuários, é uma ferramenta que aponta falhas e possíveis melhorias, servindo como *feedback* a gestão da empresa.

De acordo com Mazzioni et al (2010) o fato da não obrigatoriedade em relação à legislação nacional faz com que a maioria das instituições não tenha em seu *roll* de relatórios contábeis, já que não é obrigatório, logo “não é necessário.” As empresas têm que perder esse costume de fazer por ser compulsório, dessa maneira acabam perdendo oportunidades de desenvolverem-se no mercado, já que o público busca

cada vez mais investir, ou adquirir produtos de empresas confiáveis, transparentes e sustentáveis.

Apesar de não ser obrigatório, ainda sim o Balanço Social é um importante relatório contábil, conforme Martins *et al* (2013, p. 8) afirma:

Embora não haja qualquer exigência legal quanto à divulgação do Balanço Social, as empresas são contínua e crescentemente solicitadas a informarem sua política em relação ao meio ambiente, via exigência de sistemas de gerenciamento ambiental, Relatórios de Impactos Ambientais, e em alguns casos têm de assumir o ônus de provar que não agredem a natureza. No caso dos recursos humanos, as exigências de cumprimento das legislações trabalhistas e as reivindicações sindicais são rigorosas. A utilidade da empresa, isto é, sua importância para a sociedade fica bastante transparente com a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado. Por essas razões, total ou parcialmente, as informações do Balanço Social têm importância para divulgar a postura da empresa e para que os interessados em sua continuidade tomem conhecimento da linha de conduta que está sendo adotada pela companhia.

Há informações pertinentes a cada tipo de usuário em relação ao Balanço Social, que no quadro 01 abaixo, o autor destaca quais são esses usuários e as informações relevantes a cada um separadamente.

Quadro 1 – Informações aos Usuários do Balanço Social

Usuários	Indicadores e Metas Relevantes
Clientes	Produtos com qualidade; recebimento de produtos em dia; produtos mais baratos.
Fornecedores e Financiadores	Parceria; segurança no recebimento; continuidade.
Colaboradores	Geração de caixa, salários adequados; incentivos à promoção; produtividade; valor adicionado; segurança e sustentabilidade no emprego; efetivo.
Investidores Potenciais	Custo de oportunidade; rentabilidade; liquidez da ação.
Acionistas Controladores	Retorno s/ o patrimônio líquido; retorno s/ o ativo; continuidade; crescimento no mercado, sustentabilidade.
Acionistas Minoritários	Fluxo regular de dividendos; valorização da ação; liquidez.
Gestores	Retorno do patrimônio líquido; continuidade; valor patrimonial da ação; qualidade; produtividade; valor adicionado, sustentabilidade.
Governo	Lucro tributável; valor adicionado; produtividade.
Vizinhos	Contribuição social; preservação do meio ambiente; segurança, qualidade; sustentabilidade social

Fonte: Tinoco (2010, p. 39)

A sociedade é composta pela união dos usuários descritos acima, os quais estão ligados direta e indiretamente com a empresa. Com atividades exercidas, a empresa busca alcançar o fim comum, podendo considera-la como uma base, já que ela proporciona benefícios aos interessados.

Através da divulgação do Relatório Contábil, o Balanço Social, é possível que os usuários acompanhem as atividades da empresa, e se de fato está sendo vantajoso para eles compactuarem com essas atividades. Por exemplo, os clientes podem verificar se os produtos consumidos condizem com suas expectativas, são de qualidade, se geram sustentabilidade e são de preços acessíveis.

Aos colaboradores permitem a visualização do corpo funcional da empresa, identificando se há desigualdade entre os colegas, verificando se as classes “menosprezadas” como mulheres, negros e deficientes possuem oportunidades de crescimentos nos cargos da empresa, e apurar se há investimentos educacionais para desenvolvimento contínuo dos colaboradores.

Quadro 2 – Conceitos do Balanço Social

Autor	Importância do Balanço Social
TAYLOR, 1980	É um instrumento mais apto, considerando-se suas limitações, para apoiar o comportamento social.
TINOCO, 1984	Instrumento de gestão e de informação que visa reportar informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades.
KROETZ, 2000	Instrumento de controle e de auxílio para a tomada de decisão e adoção de estratégias.
KROETZ, 2000	Aborda questões que mostram com transparência as informações sobre a atuação social da empresa.
SUCUPIRA, 2001	Um conjunto de informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas aos seus empregados e à comunidade onde está inserida.
TINOCO, 2001	Pode contribuir para modificar a imagem pública da empresa, do próprio pessoal e do público em geral.
IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2003	O Balanço Social tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida.
MAZZIONI, 2005	O Balanço Social busca oportunizar a oferta de instrumentos válidos, capazes de refletir os esforços organizacionais relacionados ao bem-estar das pessoas, ao meio ambiente, à geração e distribuição de riquezas e da responsabilidade social que lhe é inerente.

Fonte: Adaptado a Mazzioni (2005, *apud* Tinoco, 2010, p. 6)

Mazzioni et al (2005, apud Tinoco, 2010) expõe a importância do Balanço Social em diversos pontos de vista, porém todos convergindo para o mesmo sentido, onde o Balanço Social é um demonstrativo de natureza econômica, social e ambiental, visando demonstrar o empenho da empresa em prol da sociedade, conforme o quadro 02.

Apesar das diferentes definições sobre Balanço Social mencionadas anteriormente, a essência permanece a mesma em cada uma, já que todos os autores concordam que trata-se de um instrumento social que visa demonstrar a interação da empresa com a sociedade, ações voltadas para o cuidado com o meio ambiente. É um instrumento que permite a transparência das atividades exercidas pela empresa, e demonstra os benefícios proporcionados aos *stakeholders*.

Os autores destacam alguns motivos para elaboração do Balanço Social, pois se trata de um demonstrativo das atitudes éticas, agrega valor ao nome da empresa, diminui os riscos na bolsa de valores, é um instrumento de avaliação, análise de mercado e gestão interna.

1.4.4 Legislações do Balanço Social

Assim como em outros países como Espanha e Grã-Bretanha, na legislação brasileira, ainda não é uma demonstração obrigatória, porém foi requerido através do Projeto de Lei 3116/97, proposto pela Deputada Federal do Estado de São Paulo, Marta Suplicy, requerendo elaboração e divulgação do Balanço Social para as empresas com o quadro acima de 100 funcionários, porém o Projeto foi arquivado em 1999, devido a autora não ter dado seguimento na causa, por conta das “legislaturas passadas”, confirma Tinoco (2001).

No entanto, em 1999 o Deputado Federal Paulo Rocha, entrou com reapresentação do PL 3116/97, porém com outra numeração, sendo o Projeto de Lei 32/99, o qual teve sua última movimentação no ano de 2014.

Foi proposto o Projeto de Lei do Senado nº 117, de 1996, de autoria do Senador Ney Suassuna, com objetivo de tornar compulsório o Balanço Social para as empresas que fazem a publicação do Balanço Patrimonial, porém este projeto ainda está em tramitação, tendo a última movimentação no ano de 2018.

Além do Balanço Social fazer parte dos relatórios contábeis, em sua estrutura ainda há a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), regida pelo Comitê de

Pronunciamento Técnico 09, sendo responsável pela identificação da geração de riquezas e sua respectiva distribuição.

A distribuição das riquezas são demonstradas em porcentagens, evidenciando a sua divisão da riqueza entre o governo, colaboradores, acionistas, terceiros e lucros retidos. É importante a DVA compor a estrutura do Balanço Social, pois é uma fonte de informações, sendo possível previamente analisar a situação econômica, e os impactos socioambientais produzidos pela distribuição de riqueza. Através da Lei nº 11.638/07, que introduziu alterações à Lei nº 6.404/76, tornando obrigatória para as empresas de capital aberto a elaboração e divulgação da DVA, juntamente com as demais demonstrações contábeis a serem divulgadas ao final de cada exercício.

Ainda há a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.003/04, cujas normas que estabelecem procedimentos para evidenciação das informações de natureza social e ambiental, e os dados a serem divulgados através desta norma são os mesmos contidos na estrutura do Balanço Social, como distribuição da riqueza, recursos humanos, corpo funcional, benefícios aos clientes internos e à comunidade.

O Balanço Social não é um tema novo, ao contrário, como já foi mencionado surgiu no início do século XX, porém ainda é um tema mal resolvido, discute-se muito sobre este assunto na legislação brasileira, os processos para a obrigatoriedade da elaboração e divulgação continuam em tramites nas casas legislativas do país.

Segundo Dantas (2011) há questionamentos sobre a padronização, se realmente iriam beneficiar a classe empresarial, uma vez que padronizasse o Balanço Social, pode ser que o modelo escolhido não atenderia a maioria das empresas, sendo assim, prefere-se a flexibilidade quanto ao modelo, para que a empresa realize as adaptações cabíveis ao seu contexto.

1.5 MODELOS DE BALANÇO SOCIAL

Atualmente existem vários tipos de modelos de Balanço Social, porém, neste trabalho serão abordados os dois mais utilizados, sendo o modelo GRI em nível mundial, e o modelo IBASE em nível nacional, criado por Herbert de Sousa, o Betinho juntamente com a equipe do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, IBASE (2008).

1.5.1 Global Reporting Initiative – GRI

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização internacional fundada em Boston, Estados Unidos da América, no ano de 1997, sendo um padrão normativo para balanços de responsabilidades sociais e ambientais. A GRI lançou os primeiros padrões globais para relatórios de sustentabilidade sendo referência confiável para os formuladores de políticas e reguladores, e possuem uma estrutura modular para que possam ser mantidos atualizados.

As informações contidas na GRI são indicadores que apontam os impactos econômicos, ambientais e sociais das organizações, que podem auxiliar os stakeholders na tomada de decisão em continuar, ou não, adquirindo produtos/serviços.

- a) Econômico - Inclui, por exemplo, os gastos e benefícios, produtividade no trabalho, criação de emprego, despesas em serviços externos, investimentos em educação e outras formas de capital humano.
 - b) Ambiental - Inclui, por exemplo, impacto dos processos, produtos, serviços no ar, água, solo, biodiversidade e saúde humana.
 - c) Social - Inclui, por exemplo, o tratamento que se dá aos grupos minoritários e às mulheres, o trabalho feito em favor dos menores, a saúde e segurança ocupacionais, estabilidade do empregado, direitos laborais, direitos humanos, salários e condições de trabalho nas relações externas.
- (WWW.NEMAC.UFSC.BR – ACESSO EM: 11.NOV.2018)

O modelo GRI busca o equilíbrio entre três vertentes, sendo conhecido como relatório de sustentabilidade, pois possui características iguais ao tripé da sustentabilidade, que visam o lucro, beneficiando a sociedade e sem prejudicar o meio ambiente.

1.5.2 Modelo IBASE para Cooperativas

De acordo com o IBASE (2008), entre o ano de 1997 a 2005 foram publicados mais de 1.000 Balanços Sociais, todos utilizando como parâmetro o modelo criado pelo próprio instituto.

No Brasil, os modelos criados pelo IBASE são mais completos, comparados aos demais, foi criado três tipos de modelos de Balanço Social, para ser utilizado de acordo com o ramo da empresa, sendo eles para micro e pequenas empresas, para cooperativas e para instituições de ensino, fundações e organizações sociais. Os modelos são gratuitos, não há nenhuma burocracia para utilizá-lo, basta acessar o

site www.balancosocial.org.br, fazer o download, e seguir as instruções de preenchimento que o próprio site disponibiliza.

Diferente do modelo GRI, o qual é dividido por apenas três indicadores, sendo econômico, social e ambiental, o modelo IBASE voltado para as cooperativas, que será apresentado no capítulo 4, estrutura-se em sete repartições de informações, conforme IBASE (2008):

- ✓ Identificação da empresa: área destinada a descrever a razão social, CNPJ da empresa, e ramo da empresa.
- ✓ Indicadores do corpo funcional: demonstram a responsabilidade que empresa tem com seus colaboradores, e as oportunidades de cargos de chefia para mulheres e negros.
- ✓ Indicadores de gestão e organização: demonstram a gestão da cooperativa como um todo, sendo situações submetidas às assembleias, destino de sobras, qual o número de cooperados ativos.
- ✓ Indicadores econômicos: demonstram a situação econômica da cooperativa, como o faturamento, impostos e contribuições, folha de pagamento, sobras do exercício.
- ✓ Indicadores sociais internos: demonstram os benefícios que a instituição proporciona aos seus colaboradores, como vale alimentação, plano de saúde, vales transportes, educação continuada, entre outros benefícios.
- ✓ Indicadores sociais externos: demonstram os benefícios proporcionados a sociedade em que a instituição se encontra inserida, como por exemplo, programas educacionais, culturais, esportivos, voltados a saúde, entre outros benefícios.
- ✓ Outras informações: disponível para informações que a instituição julgar relevantes.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com as informações coletadas do Sistema CREDISIS, criou-se o Balanço Social a seguir, e através desse relatório buscou-se demonstrar a divisão do corpo funcional, e como são distribuídas as participações por raça, gênero, idade.

Quadro 3 – Balanço Social do SISTEMA CrediSIS

Balanço Social do Sistema CREDISIS 2016/2017			
1. Identificação			
Razão Social: Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro Ltda			
CNPJ: 04.632.856/0001-30			
Início das Atividades: 13 de Agosto de 2000			
Responsável pelo preenchimento: Andreia L. Freires e Rosiane P. de Almeida			
Ramo de atividade: Crédito		Atuação de Atividade: Regional	
2. Identificação do Corpo Funcional	2016	2017	
Nº de colaboradores na Cooperativa	480	578	
Nº de admissões na Cooperativa	125	151	
Nº de saídas e demissões	83	119	
Idade dos colaboradores: menores de 18 anos	4	5	
De 18 a 35 anos	325	404	
De 36 a 60 anos	135	154	
E maiores que 61 anos	16	15	
Nº de trabalhadores terceirizados	0	0	
Nº de pessoas não Alfabetizadas	0	0	
Nº de estagiários	1	1	
Nº de mulheres que trabalham na cooperativa	272	347	
Nº de mulheres em cargo de chefia	55	69	
Nº de negros que trabalham na cooperativa	10	12	
Nº de negros em cargo de chefia	4	6	
Nº de homens que trabalha na cooperativa	208	231	
Nº de homens em cargo de chefia	88	101	
Remuneração média dos homens	R\$ 11.620,71	R\$ 11.620,71	
Remuneração média das mulheres	R\$ 4.359,12	R\$ 4.359,12	
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	1	0	
Nº total de acidente de trabalho	1	0	
3. Indicadores de Organização e Gestão	2016	2017	
Número de cooperados	17.937	23.396	
Procedimento para integralização das quotas-partes	Depósito à vista e parcelamento em conta	Depósito à vista e parcelamento em conta	
Valor da maior remuneração repassada ao cooperado	R\$ 869.081,55	R\$ 835.302,55	
Valor da menor remuneração repassada ao cooperado	R\$ 0,01	R\$ 0,01	
Valor do maior salário pago ao trabalhador	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00	
Valor do menor salário pago ao trabalhador	R\$ 1.140,55	R\$ 1.140,55	
Destino das sobras	Rateio entre cooperados e fundos	Rateio entre cooperados e fundos	
Fundos existentes	Fundo de Reserva e Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	Fundo de Reserva e Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	
Espaço de deliberação sobre destinos das sobras	Assembleia Geral Ordinária - AGO	Assembleia Geral Ordinária - AGO	
Parâmetro utilizado para distribuição das sobras entre os cooperados	Rateio proporcional a operação financeira praticada.	Rateio proporcional a operação financeira praticada.	
Renovação dos cargos diretivos	No mínimo 1/3 de componentes a cada 4 anos	No mínimo 1/3 de componentes a cada 4 anos	
Quantidade de assembleias realizadas	Uma vez ao ano	Uma vez ao ano	
Quais as decisões que são submetidas a assembleias?	Destino de sobras e prestação de contas.	Destino de sobras e prestação de contas.	
Frequência dos instrumentos de prestação de contas	Anual	Anual	
Crítérios principal para admissão de novos cooperados	Não estar cadastrado nos órgãos de proteção ao crédito	Não estar cadastrado nos órgãos de proteção ao crédito	
Crítérios para afastamento de cooperados	Não se aplica.	Não se aplica.	
Principais parcerias e apoios	OCB/SESCOOP -RO	OCB/SESCOOP -RO	
Principal fonte de crédito	Capital Social, Depósito à vista e depósito à prazo.	Capital Social, Depósito à vista e depósito à prazo.	
Existem medidas concretas em relação a saúde e segurança no ambiente de trabalho?	Sim. Fornece EPI's e aplica palestras.	Sim. Fornece EPI's e aplica palestras.	
Espaços de representação do cooperativismo que a cooperativa atua	Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB	
A cooperativa apoia a organização de outros empreendimentos de tipo cooperativo?	Não, somente cooperativas do Sistema CREDISIS	Não, somente cooperativas do Sistema CREDISIS	
4. Indicadores Econômicos (em R\$)	2016	2017	
Faturamento bruto da Cooperativa	R\$ 155.184.231,46	R\$ 180.088.211,98	
Patrimônio da Cooperativa	R\$ 206.969.405,61	R\$ 277.811.814,27	
Tributos	R\$ 2.652.576,00	R\$ 3.191.566,00	
Benefícios	R\$ 3.049.568,86	R\$ 4.494.289,63	
Folha de pagamento	R\$ 18.017.431,76	R\$ 22.351.064,83	
Valor da cota-parte	R\$ 146.368.414,00	R\$ 199.178.435,00	
Sobras ou Perdas do Exercício	R\$ 24.391.179,00	R\$ 33.390.426,00	
Fundos	R\$ 8.865.915,00	R\$ 13.019.381,00	
5. Indicadores Sociais Internos (em R\$)	2016	2017	
Alimentação	R\$ 2.805.635,69	R\$ 3.988.123,19	
Saúde	R\$ 346.383,63	R\$ 481.867,88	
Investimento em cultura e/ou lazer	R\$ 10.200,00	R\$ 9.200,00	
Vale transporte	R\$ 5.758,09	R\$ 5.521,03	
Educação/ capacitação profissional	R\$ 57.803,29	R\$ 110.488,65	
Seguro de vida	R\$ 102.755,00	R\$ 121.312,22	
6. Indicadores Sociais Externos	2016	2017	
Possui projeto social/educacioanal e cultural?	Sim. Projeto Social Sonho Meu o qual atende as necessidades sociais, educacionais e cultural da sociedade.	Sim. Projeto Social Sonho Meu o qual atende as necessidades sociais, educacionais e cultural da sociedade.	

Fonte: elaborado pelas autoras adaptado ao modelo IBASE.

Buscou-se também, evidenciar os índices de admissões e demissões dos períodos apurados, e questões que são abordadas na gestão da empresa, como destino das sobras, decisões submetidas a assembleias, maior e menor valor pago a cooperados e trabalhadores, bem como, apresentar os indicadores econômicos da cooperativa, os benefícios que são oferecidos por ela, e quanto custou nos períodos apurados.

2.1 INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

Para elaboração do Balanço Social foram obtidos dados dos anos de 2016 e 2017, e os dados para formação dos indicadores do corpo funcional foram repassados pelo setor de recursos humanos da cooperativa.

No gráfico 1 é apresentado a quantidade de colaboradores, e admissões e demissões que houveram no período da apuração.

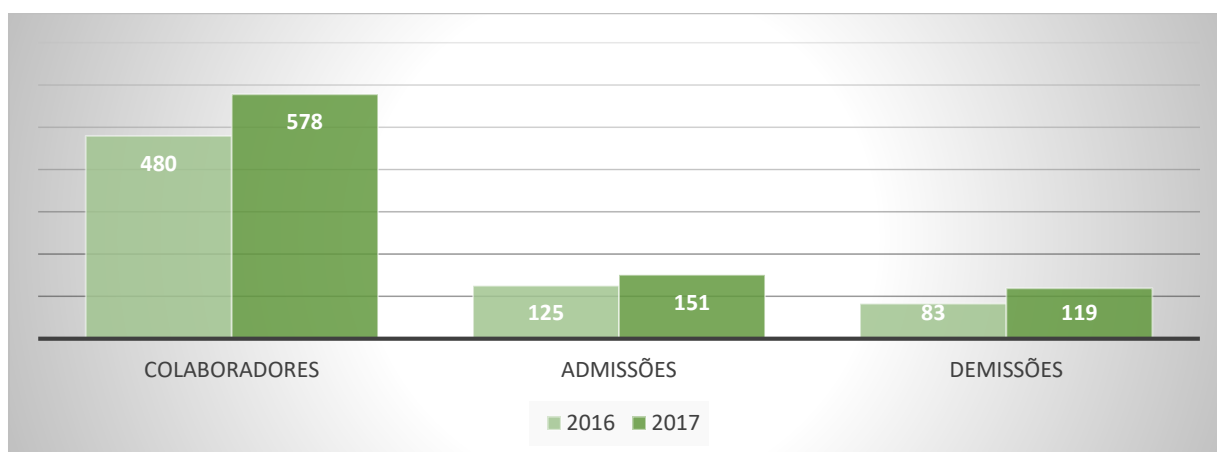


Gráfico 1 – Corpo funcional
Fonte: Elaborado pelas autoras

Através da análise do gráfico 1 é possível verificar que houve um aumento significativo de colaboradores, sendo que a diferença de 2017 para o ano de 2016 foram de 98 pessoas a mais no quadro de funcionários da empresa. O índice de admissões também teve um aumento relevante, demonstrando que a cooperativa está se expandindo cada vez mais no mercado, e que além do crescimento, busca atender aos seus clientes com eficiência e qualidade nos produtos e serviços.

Apesar do índice de demissões do ano de 2017 ter sido maior que ano de 2016, não significa que o desempenho da cooperativa caiu, pelo contrário, a empresa tem como valor adotado a eficiência na prestação de serviços, e para isso, qualifica seus colaboradores, por isso, ficam apenas as pessoas que estão capacitadas o bom

andamento da empresa, pois a cooperativa possui uma excelente equipe de gestão de pessoas e recursos humanos, que são responsáveis pela análise e capacitação dos funcionários.

O gráfico 2 retrata corpo funcional da cooperativa dividido por faixa etária.

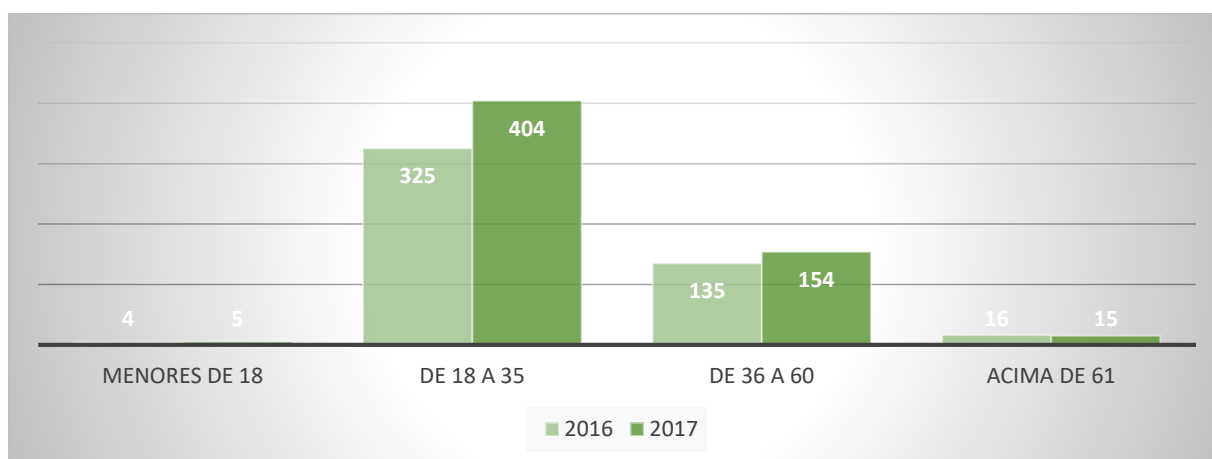


Gráfico 2 – Corpo funcional por faixa etária
Fonte: Elaborado pelas autoras

O gráfico 2 retrata o corpo funcional da cooperativa dos anos 2016 e 2017 dividido pela idade dos colaboradores. Nota-se que no período apurado, eram poucas pessoas menores que 18 anos no quadro de funcionários da empresa, ou seja, não havia muitos aprendizes trabalhando na cooperativa.

A maior parte dos funcionários concentra-se na faixa etária de 18 a 35 anos de idade, e maiores que 61 também são poucas pessoas. A contratação das pessoas não se dá por nenhuma característica física, e menos ainda pela idade, é contratado pela competência profissional quanto as atividades exigidas pelo cargo.

O gráfico 3 demonstra o quadro de funcionários dividido por sexo.

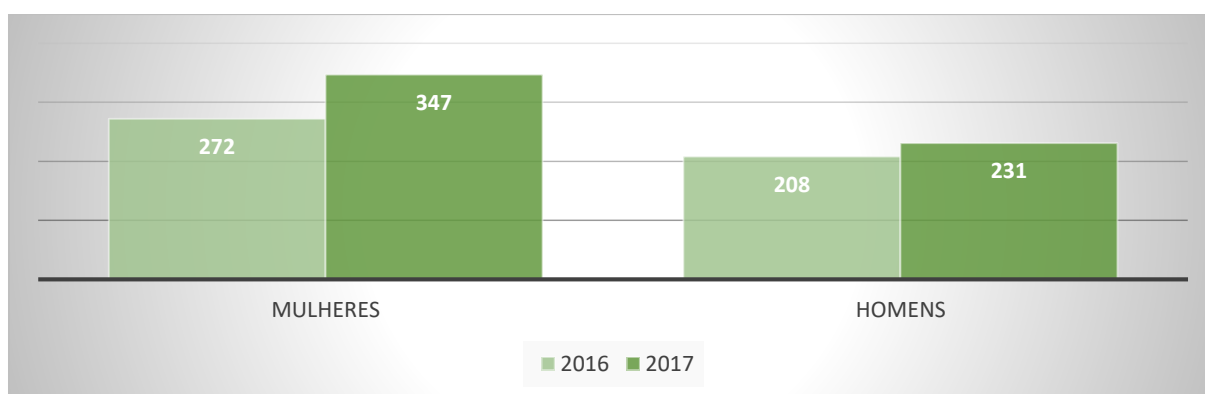


Gráfico 3 – Corpo funcional por sexo
Fonte: Elaborado pelas autoras

A cota de mulheres dentro da organização é maioria, representam mais de 50% dos colaboradores, e do aumento de 98 pessoas que obteve no último ano, 75 eram do sexo feminino, isso significa que a empresa oportuniza pessoas competentes aos cargos, e não diferencia pelo gênero. Como demonstrado no gráfico 3, são 208 homens trabalhando no ano de 2016, e 231 homens no ano de 2017, obtiveram um aumento de 23 homens de um ano para o outro.

No indicador 2, do quadro 3 evidencia as informações coletadas no setor de recursos humanos da cooperativa em estudo, o qual aborda número de colaboradores, admissões e demissões do período, faixa etária dos trabalhadores, e número de colaboradores por gênero, questões essas que foram abordadas anteriormente, representadas por gráficos.

Quanto ao número de trabalhadores terceirizados, nos anos apurados, não haviam nenhum, pois a cooperativa não contratou serviços terceirizados para compor o quadro funcional da empresa.

Conforme identificado no quadro 3, o Balanço Social do Sistema Credisis, nos anos de 2016 e 2017 também não havia nenhum colaborador que não fosse alfabetizado, todos continham no mínimo o terceiro ano, do segundo grau escolar. Quanto aos estagiários, foi identificado 1 nos dois anos, pois a empresa não possuía vagas para esse cargo.

Os negros representam no ano de 2016 o percentual de 2,08% do total de colaboradores da empresa, e 2,07% no ano de 2017, ou seja, considerando o quadro funcional, os negros têm pouca participação na cooperativa. Porém, não deve considerar tais dados como forma de exclusão da classe negra, pois na seleção de novos colaboradores, a cooperativa prioriza conhecimento na área, e capacidade profissional, questões de cor não são utilizadas no recrutamento. E neste período não haviam padronizado ficha cadastral dos colaboradores, portanto os dados levantados não representam a totalidade fidedigna do número de negros dos períodos apurados.

Em relação aos cargos de chefia, os homens lideram, sendo 88 homens chefes no ano de 2016, e 101 homens no ano de 2017, já as mulheres são minoria, 55 chefes em 2016, e 69 mulheres chefes em 2017. Dos negros, 4 são chefes em 2016, e 6 no ano de 2017. Pela maioria dos homens serem chefes, a média salarial deles são maiores, sendo de R\$ 11.620,71 e das mulheres a média é de R\$ 4.359,12 para ambos os anos.

Em 2016 foi identificado 1 pessoa registrada no quadro de portadores de deficiência/necessidades especiais, e neste ano também foi registrado 1 acidente de trabalho. Já no ano de 2017 não houve nenhum registro de acidente, e já não havia pessoas com necessidades especiais registrada no quadro de colaboradores.

2.2 INDICADORES DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

De acordo com o quadro 03, Balanço Social, nota-se que no exercício de 2017 houve um aumento de 5.459 cooperados, logo, significa que a cooperativa cresce constantemente no mercado financeiro.

Quanto ao procedimento de integralização de quotas-partes, segundo os administradores e conforme o estatuto da cooperativa em estudo, ocorre mediante depósito a vista e parcelamento em conta.

Questões como integralização de quotas-partes, parecer de auditorias, prestação de contas, apresentação de relatórios de gestão, destino das sobras, entre outras, são deliberadas na Assembleia Geral Ordinária (AGO), a qual ocorre uma vez por ano, dentro dos quatro primeiros meses.

O destino das sobras, são divididos entre os fundos e os cooperados. Os fundos existentes são: Fundo de Reserva e Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES.

A divisão entre os cooperados é rateado proporcional às operações financeiras praticadas na cooperativa, ou seja, quanto mais o cooperado movimenta sua conta, maior será sua participação nas sobras.

De acordo com o estatuto, a frequência de prestação de contas é anualmente, onde são apresentadas as demonstrações do exercício. Na Assembleia Geral, é feita a votação para renovação de um quarto dos cargos diretivos, sendo renovados a cada 4 anos, conforme manda o estatuto.

O Sistema cooperativo trabalha em participação com a Organização de Cooperativas Brasileiras, e não apoia a organização de outros empreendimentos do tipo cooperativo, somente as cooperativas do Sistema.

Em relação a saúde e segurança no trabalho, a cooperativa se preocupa com o bem-estar do colaborador, pois aplicam palestras e os capacitam para o cuidado com o próprio bem-estar, e fornecem equipamentos adequados a necessidade do cargo.

2.3 INDICADORES ECONÔMICOS

De acordo com o quadro 3, o qual trata sobre o indicador 3, que são os indicadores econômicos, é possível verificar que os resultados dos exercícios de 2016 e 2017 foram satisfatórios, pois todos os índices obtiveram aumentos relevantes.

O faturamento da cooperativa aumentou em 16,05 % de um exercício para o outro, sinônimo de que está expandindo-se no mercado.

Os demais índices, como impostos e contribuições, benefícios, folha de pagamento, o aumento deve-se ao fato dos reajustes salariais e admissões ocorridas no período.

O valor da quota-parte também se apresentou em 36,09 % maior no ano de 2017, significando que houveram novos cooperados no exercício. Quanto as sobras, foram favoráveis os resultados, finalizando ambos os exercícios com saldo positivo. Como os resultados foram bons, a conta de fundos também finalizou com saldo positivo.

2.4 INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

Conforme demonstrado no quadro 1, o Balanço Social, é possível verificar o aumento que obteve de 2016 para o exercício de 2017, quanto aos benefícios proporcionados pelas cooperativas do Sistema cooperativo, evidenciando que a organização preza pelo bem-estar de seus colaboradores.

Algo que chamou a atenção nos indicadores internos, foi o aumento em educação/capacitação profissional, o qual teve um aumento de 91,15%, demonstrando o quanto a empresa investe e capacita os colaboradores, benefícios para ambas as partes, a empresa por lapidar o profissional, e ao colaborador proporciona conhecimento a mais para si próprio.

2.5 INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

De acordo com a administração, o Sistema cooperativo possui ativo apenas o projeto social “Sonho Meu”, no município de Ji-Paraná/RO, sendo este, mantido pela cooperativa Jicred. O projeto foi fundado em 01/04/2007, e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento social de crianças e adolescentes.

No espaço são atendidas em média 400 crianças e adolescentes de 08 a 17 anos em turno contrário ao da escola. É trabalhado com essas crianças e adolescentes relações escolares, familiares, e comunidade em geral, ensinando-as a respeitar o próximo.

São oferecidas aulas esportivas, como futebol de campo, capoeira, ginástica. Aulas culturais, sendo teatro, violão, grupo de sopro, aulas de orquestra, pois existe até a orquestra “Sonho Meu”. Além das aulas escolares, servindo como reforço para as crianças com dificuldades de aprendizagem, sendo aulas de português, matemática, leitura. O intuito principal é inseri-las na sociedade, ocupar a mente delas com conteúdo saudável, proporcionar novos conhecimentos e oportunidades, evitando que sigam outros caminhos.

Para participar do projeto, a família precisa passar por uma avaliação, a qual visa identificar a situação socioeconômica, e para comprovação das informações passadas no ato da inscrição, as assistentes sociais do projeto realizam visitas as famílias. Após constatações, a inscrição é finalizada, e a criança inicia as atividades oferecidas pelo projeto Sonho Meu.

3. CONCLUSÃO

O Balanço Social é uma ferramenta que veio para unir a empresa e a comunidade, com o objetivo de demonstrar os benefícios proporcionados pela empresa, sendo que a mesma faz uso de recursos e mão de obra da comunidade.

Através de informações, demonstrativos, e relatórios coletados com os setores de recursos humanos e contabilidade, foi possível a elaboração do Balanço Social do Sistema cooperativo do exercício de 2016 e 2017. Diante dos dados coletados, notou-se que a cooperativa teve um grande avanço de um ano para o outro, um exemplo disso, o faturamento obteve um aumento de 16,05 %, e o número de cooperados cresceu de 17.937 para 23.396, ambos ocorridos no exercício de 2017, resultados bons, pois significa que a empresa está gerando renda para o município, contribuindo com a responsabilidade social.

A cooperativa valoriza seus colaboradores, e está em constante capacitação, tornando-os excelentes profissionais. É oferecido 50% de ajuda na mensalidade de graduação ou cursos relacionados ao cargo exercido na cooperativa.

E quanto a participação das mulheres e dos negros, representam grande influência dentro da organização, evidenciando que a empresa preza qualidade nos serviços, independente de gênero e cor. Leva-se em consideração a competência e o compromisso do colaborador para com a empresa, e o Sistema cooperativo comprovou que as mulheres e negros tem espaço no mercado de trabalho, pois apesar do número de negros e mulheres serem menores comparados ao total do quadro funcional, grande parte fazem parte dos cargos de chefias, tendo poder de decisões dentro da organização.

O fato da empresa investir no ensino do colaborador, demonstra o lado social da empresa, para com o colaborador, e a geração de empregos para a sociedade.

O Sistema cooperativo mostrou-se bastante participativo diante da sociedade, por manter um projeto a mais de 12 anos, o projeto “Sonho Meu”, o qual ajuda centenas de crianças e adolescentes de famílias carentes. A cooperativa está somente com este projeto, no decorrer do ano tem ações ambiental, porém não ocorrem com frequência.

Apesar de estarem apenas com o Sonho Meu, é uma grande ação social no município de Ji-Paraná, pois através desta ação social, muitas crianças têm oportunidades, que talvez sem o auxílio do projeto não teriam a mesma oportunidade.

Um fator interessante é que os aprendizes da cooperativa têm que ser jovens que frequentam a Fundação Jicred, fato este que comprova o empenho da cooperativa em inserir os jovens no mercado de trabalho. É um grande projeto, porém falta a divulgação dos benefícios que trazem para as famílias do município.

Ao longo de 18 anos, foi criado um sistema forte de cooperativismo, o qual expandiu-se de tal maneira, que atualmente estão com vários pontos de atendimento, mostrando o quanto vem evoluindo e tornando-se o maior sistema de cooperativas da região norte.

Parte desse sucesso em expansão deve-se ao próprio cooperado, pois através do cooperado satisfeito com os serviços da cooperativa, ele indicará a outras pessoas, fortalecendo ainda mais o sistema cooperativo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Projeto de Lei nº 586, de 2010. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=959305>>. Acesso em: 03.nov.2018.

BRASIL. Projeto De Lei 5.711/2009. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=443855>>. Acesso em: 03.nov.2018.

BRASIL .Projeto De Lei 3116/1997. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=209785>>. Acesso em: 03.nov.2018.

BRASIL .Projeto De Lei Do Senado Nº 32, DE 1999. Disponível em: < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/1154>>. Acesso em: 03.nov.2018.

BRASIL .Projeto De Lei Do Senado Nº 117, DE 1996. Disponível em: < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/27750>>. Acesso em: 03.nov.2018.

BRASIL. Decreto Nº 1.637, DE 5 DE JANEIRO DE 1907. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195publicacaooriginal-104950-pl.html>>. Acesso em: 23.nov.2018.

COOPERATIVAS DE CREDITO NO BRASIL. Disponível em <<https://trovoacademy.com/dinheiro/cooperativas-de-credito-no-brasil/>>. Acesso em: 25.nov.2018.

COOPERATIVISMO. **História no Brasil.** Disponível em <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do_cooperativismo/historia-no-brasil/>. Acesso em: 25.nov.2018

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 09 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO. Disponível em: < http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf>. Acesso em: 23. nov. 2018

CREDISIS. Historia. Disponível em <<https://credisis.com.br/historia>>. Acesso em: 25.nov.2018

DANTAS, Fabiano. Balanço social e a responsabilidade social nas empresas. Revista de Ciências Gerenciais, Joinville, v. 15, n. 21, 65 – 82, 2011. Disponível em: < <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/rcger/article/view/2226/2119>>. Acesso em: 03.nov.2018.

EVOLUÇÃO HISTORICA DA CONTABILIDADE. Evolução da Contabilidade. Disponível em < <http://www.academia.edu/7183902/1> ->. Acesso em: 25.nov.2018

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. tradução Joice Elias Costa. 3.ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª Edição. São Paulo. Editora Atlas: 2009.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Edição. São Paulo. Editora Atlas: 2008.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Disponível em: <
<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/gri-history>>. Acesso em: 03.nov.2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). Balanço Social, dez anos: o desafio da transparência. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. Disponível em: < <http://ibase.br/pt/balanco-social/>>. Acesso em: 02.nov.2018.

IUDÍCUBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. São Paulo, 2000.

JABOR, Marília. Aspectos Contábeis e Jurídicos do Passivo Ambiental. Prêmio Ethos Valor 3 ed. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2004.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Balanço social: teoria e prática. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. 5.ed., São Paulo: Atlas, 2003.

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm>. Acesso em 23.nov.2018

LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 03.nov.2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica.. Metodologia Científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDICÍBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade societária. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MAZZIONI, Sady; DOMENICO, di Daniela; ZANIN, Antônio. A evidenciação da prática corporativa de ações de responsabilidade social com o uso do balanço social. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, v. 9 n. 27, p. 43 – 59, ago./nov., 2010.

Disponível em: < <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC>>. Acesso em: 20. nov.2018.

MELO NETO, Francisco Paulo de e FROES, César. Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor. Qualitymark: Rio de Janeiro, 1999.

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE CONTABILIDADE E MEIO AMBIENTE. Disponível em: <http://nemac.ufsc.br/files/2012/11/balancoibase.pdf>. Acesso: 03.nov.2018.

RESOLUÇÃO 1.003 CFC, DE 19 DE AGOSTO DE 2004. Disponível em: < <https://www.contabeis.com.br/legislacao/187277/resolucao-cfc-1003-2004/>>. Acesso em: 23.nov.2018.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica**: Como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Ariovaldo dos; HASHIMOTO, Hugo. Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre carga tributária. Revista de Administração, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 153 - 164, 2003. Disponível em: < <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=109095&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22HASHIMOTO,%20H.%22&qFacets=autoria:%22HASHIMOTO,%20H.%22&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1>>. Acesso em: 03.nov.2018.

SUPLICY, Marta. O que é o balanço social, Folha de São Paulo, São Paulo, 10.jun.1997. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz100609.htm>>. Acesso em: 03.nov.2018.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

PORTAL DE CONTABILIDADE. NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t15.htm>. Acesso em: 03.nov.2018.

PORTAL DE CONTABILIDADE. Balanço Social. Disponível em: <<https://www.portaldecontabilidade.com.br/obras/balancosocial.htm>>. Acesso em: 25.nov.2018.

PORTAL DA CLASSE CONTABIL. Contabilidade um estudo histórico. Disponível em: < <https://www.classecontabil.com.br/contabilidade-um-estudo-historico-sobre-a-evolucao-desta-ciencia/>>. Acesso em: 25.nov.2018

SPED (Sistema Público de Escrituração Digital). Disponível em: < <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>>. Acesso em: 23.nov.2018.